

## Grupo espanhol deve assumir Congonhas em até duas semanas

**A** Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) assinou com o grupo espanhol Aena, na terça-feira (28), o contrato de concessão do aeroporto de Congonhas e de outros dez aeroportos da sétima rodada de concessão da Infraero. A concessão, no entanto, só passa a vigorar dentro de duas semanas, após pagamento inicial.

A Infraero deve assinar o contrato nesta quarta-feira (29), segundo informações do Ministério de Portos e Aeroportos.

Em nota, a pasta negou que a estatal de aviação iria ingressar com uma ação judicial contra o processo de concessão do Aeroporto de Congonhas, como publicado pelo jornal O Globo nesta terça.

Apesar da assinatura, a Aena ainda precisa quitar a primeira parcela da outorga inicial de R\$ 2,45 bilhões. Isso deve ocorrer em até duas semanas, prazo para que comece a valer o prazo de concessão.

A empresa apresentou R\$ 1,2 bilhão do pagamento em precatórios -títulos de dívida da União com sentença transitada em julgado.

Apesar de ser uma opção de pagamento garantida por uma emenda constitucional promulgada no ano passado, o edital de privatização desse bloco de aeroportos previa essa modalidade.

No entanto, houve discussões internas entre a Aena e a Anac em torno do recebimento desses papéis desde o final do ano, impasse que se

mantém devido a uma portaria da AGU (Advocacia-Geral da União), que suspendeu o uso de precatórios até que seja editada uma nova portaria com as regras.

A Aena tem duas semanas para resolver esse imbróglio. A empresa acredita que os títulos serão aceitos por se tratar de uma imposição constitucional, mas diz ter os recursos próprios para efetuar o pagamento.

O contrato inclui 11 aeroportos em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Congonhas é o carro-chefe desse bloco concedido no final do ano passado.

Confirmada a efetividade do contrato, a Aena deve iniciar a operação dos aeroportos no terceiro trimestre de 2023.

Julio Wiziack/Folhapress



## Economia



**Ata do Copom reforça possibilidade de subir taxa de juros**

Página - 03

**Regra fiscal crível ajuda a reduzir inflação, mas anúncio não tem relação direta com juros, diz BC em ata**

Página - 03



**BNDES quer reverter prioridade para o agro dos anos Bolsonaro**

Pág - 15

**Lucro da Boa Safra cresceu 37% em 2022 com ganho de participação no mercado de sementes**

Pág - 15



## Política

**Ata do Copom veio com “termos mais condizentes”, afirma Haddad**

Página - 04

**Dilma Rousseff começa a comandar Banco do Brics**

Página - 04

## No Mundo

### Rússia testa mísseis com capacidade nuclear no mar do Japão



**T**rês dias após anunciar que irá posicionar armas nucleares em Belarus enquanto guerreia na vizinha Ucrânia, a Rússia de Vladimir Putin voltou a exibir seu status de superpotência atômica e fez um raro teste com dois mísseis Moskit no mar do Japão.

Na semana passada, Moscou já havia feito uma patrulha com outros dois vetores de armamento nuclear, os bombardeiros estratégicos Tu-95MS, em uma área do mar ainda mais próxima dos domínios de Tóquio. Ali, o protesto era claro: o premiê japonês, Fumio Kishida, visitava no mesmo dia Kiev, enquanto o líder chinês, Xi Jinping, es-

tava com Putin no Kremlin.

O teste de terça (28) ocorreu em águas russas, perto de Vladivostok, a base da Frota do Pacífico do país. Os dois P-270 Moskit, um míssil antinavio de 4,5 toneladas que pode carregar uma ogiva nuclear, foram disparados de uma corveta conta um alvo a cerca de 100 km no mar.

Usado desde 1984 pela então União Soviética e exportado para a China e o Egito, o Moskit é uma arma antinavio de grande porte, que pode atingir até 3.700 km/h. Se armada com uma ogiva nuclear, é capaz de destruir um grupo de embarcações.

“Como a invasão da Rússia da Ucrânia continua, as forças russas também estão

mais ativas no Extremo Oriente, incluindo a vizinhança do Japão”, afirmou o chanceler do país asiático, Yoshimasa Hayashi, cujo governo abraçou o militarismo como forma de tentar conter a China.

Ele também condenou, em uma entrevista coletiva de rotina, o posicionamento das armas russas em Belarus. Nesta terça, o governo do ditador Aleksandr Lukachenko defendeu a medida, dizendo que ela foi provocada por ações agressivas da Otan (aliança militar do Ocidente). Analistas têm dúvidas, contudo, da capacidade de Moscou em executar o plano até julho, conforme anunciado por Putin.

Igor Gielow/Folhapress

### Incêndio em centro de migração na fronteira do México com os EUA deixa 39 mortos



**A**o menos 39 pessoas morreram em um incêndio na noite da segunda-feira (27) em um centro de detenção de imigrantes em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos, agravando a crise humanitária na região em meio ao recorde histórico de pessoas em busca de asilo.

O incêndio começou às 22h de segunda no local que abrigava 68 homens, todos eles das Américas do Sul e Central, segundo o Instituto Nacional de Migração (INM) mexicano, que administra o local. O órgão afirmou ainda que 29 pessoas estão em estado grave e foram levadas a

quatro hospitais da região.

Dados da agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) apontam que, de janeiro a dezembro de 2022, mais de 3 milhões de migrantes foram interceptados tentando ingressar em território americano sem permissão legal, um aumento de 33% em relação aos 2,7 milhões registrados no ano anterior. No topo da lista de nacionalidades flagradas estão migrantes de México, Cuba, Nicarágua, Guatemala, Honduras e Venezuela.

Um relatório recente da Organização Internacional para as Migrações (OIM) apontou que desde 2014 cerca de 7.661 migrantes morreram

ou desapareceram a caminho dos Estados Unidos. Destas, 988 faleceram em acidentes ou por viajar em condições subumanas. Ainda não se sabe a nacionalidade dos imigrantes mortos no incêndio de segunda. O INM afirmou que está “em contato com autoridades consulares de diferentes países” para identificar os mortos. O governo da Guatemala afirmou que 28 vítimas são guatemaltecas.

Vizinha de El Paso, no Texas, Ciudad Juárez é uma das principais portas de entrada nos Estados Unidos e acumula milhares de migrantes nas ruas à espera de resposta para cruzar para o país.

Thiago Amâncio/Folhapress

### Sob tensão e violência, França convoca aparato policial inédito contra protestos

**D**epois que as manifestações da última quinta-feira (23) contra a reforma da Previdência de Emmanuel Macron deixaram um rastro de destruição, fogo e fuligem nas principais cidades da França, o ministro do Interior, Gérard Darmanin, anunciou a mobilização de um aparato policial “inédito” para acompanhar os protestos marcados para a terça-feira (28) num clima de tensão e violência.

Darmanin destacou 13 mil policiais para os atos que devem reunir centenas de milhares de franceses em todo o país. Cerca de 5.500 desses oficiais ficarão responsáveis por manter a ordem em Paris, onde a prefeitura já pediu que os comércios fechem as portas e protejam suas fachadas.

A ferocidade dos protestos na capital francesa foram motivo para o adiamento da viagem oficial do rei Charles 3º à França, e entidades do setor hoteleiro acusam o cancelamento de 20% de

suas reservas para o mês de abril por conta da turbulência social que tomou as ruas da cidade.

A Câmara do Comércio e da Indústria da região de Île-de-France emitiu comunicado com outras entidades do setor para manifestar “extrema preocupação com a situação social, sanitária e econômica da capital”, impactada pelo agravamento dos protestos contra a reforma da Previdência.

O anúncio de Darmanin ocorre num contexto de radicalização das manifestações a partir do uso, pelo governo, do artigo 49.3 da Constituição francesa, que aprovou o texto impopular horas antes de ele ser submetido a uma votação de resultado incerto na Assembleia Nacional. Durante o final de semana, a primeira-ministra Elisabeth Borne anunciou que não vai mais usar o “número maldito”, como ele foi apelidado, para questões orçamentárias da França.

Fernanda Mena/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Ata do Copom reforça possibilidade de subir taxa de juros



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reforçou a possibilidade de subir a taxa Selic, juros básicos da economia, caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. A instituição diz que “segue vigilante”, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação. “O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que mostrou deterioração adicional, especialmente em prazos mais longos”, diz a ata da última reunião do Copom,

divulgada na terça-feira (28).

O encontro ocorreu na semana passada e, na ocasião, o colegiado manteve a Selic em 13,75% pela quinta vez consecutiva. A taxa está em 13,75% desde agosto do ano passado, mais alto nível desde janeiro de 2017, quando também estava neste patamar.

Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. A taxa básica de juros é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle e, mais uma vez, o comitê disse que não hesitará em retomar o ciclo de aperto monetário.

Por outro lado, a Selic

em alta leva à desaceleração da economia e redução dos investimentos e, por isso, a decisão do BC vem sendo criticada pelo governo federal.

A ata do Copom menciona incertezas em relação ao futuro arcabouço fiscal em elaboração pelo Ministério da Fazenda, mas elogia a recente reoneração parcial da gasolina e do etanol. “O comitê avalia que o compromisso com a execução do pacote fiscal demonstrado pelo Ministério da Fazenda, e já identificado nas estatísticas fiscais e na reoneração dos combustíveis, atenua os estímulos fiscais sobre a demanda, reduzindo o risco de alta sobre a inflação no curto prazo”, diz o documento.

Andréia Verdélio/ABR

## Regra fiscal crível ajuda a reduzir inflação, mas anúncio não tem relação direta com juros, diz BC em ata



Uma regra fiscal “sólida e crível” pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta com a política de juros, afirmou o Copom do Banco Central conforme ata divulgada na terça-feira (28).

Em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução dos juros, colegiado do BC falou mais de uma vez no documento sobre a necessidade de ter “serenidade e paciência”.

“O comitê seguirá acompanhando o desenho, a tramitação e a implementação do arcabouço fiscal que será apresentado pelo governo e votado no Congresso. O Co-

## Índice de Confiança da Construção cai 0,3 ponto no país

O Índice de Confiança da Construção (ICST) não variou em março e se manteve em 94,4 pontos, patamar de moderado pessimismo. Em médias móveis trimestrais, o índice caiu 0,3 ponto. Ele foi divulgado na terça-feira (28), no Rio de Janeiro, pelo Ibre/FGV.

Segundo a coordenadora de Projetos da Construção do Ibre/FGV, Ana Maria Castelo, pelo segundo mês a perspectiva em relação à demanda dos próximos meses melhorou. Ela destacou que uma percepção mais negativa sobre a tendência do ambiente de negócios contaminou o indicador de expectativas, que fechou o primeiro trimestre sem recuperar a queda recente, apontando pessimismo moderado do setor.

“Como já observado em fevereiro, o ritmo de atividade sinaliza desaceleração – o indicador de evolução recente fechou o trimestre em queda. Assim, as empresas apontam

também menor intenção de contratar. No entanto, a limitação dada pelas dificuldades em contratar mão de obra qualificada vem aumentando e alcançou o maior patamar de assinalações desde março de 2015, um sinal de que o ciclo de crescimento não foi invertido”, avaliou, em nota, Ana Maria. Conforme a FGV, a estabilidade do índice resulta das variações opostas dos dois componentes do índice. “O Índice de Situação Atual do Índice de Confiança da Construção (ISA-CST) subiu 0,3 ponto e foi para 93,7 pontos, após quatro meses seguidos de queda. A alta do ISA-CST se deve exclusivamente à melhora na percepção dos empresários sobre o indicador de situação atual dos negócios, que aumentou 0,5 ponto, para 92,2 pontos. O indicador de carteira de contratos ficou estável ao variar -0,1 ponto para 95,2 pontos, menor nível desde março do ano passado (94,4 pontos)”, informa o estudo. ABR



pom enfatizou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal, uma vez que a primeira segue condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos”, afirmou.

“O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos”, acrescentou.

No documento, o BC fez acenos ao Ministério da Fazenda ao ecoar o discurso

do ministro Fernando Haddad sobre os efeitos positivos em caso de harmonia entre as políticas monetária e fiscal, embora tenha mantido a mensagem no trecho final do documento sobre a possibilidade de voltar a elevar os juros caso o processo de desinflação não transcorra como esperado.

Na última quarta-feira (22), o BC não cedeu à pressão pela redução dos juros, contrariou Lula e manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano. “O comitê reforçou que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo”, disse.

Nathalia Garcia/Folhapress

## Política

### Ata do Copom veio com “termos mais condizentes”, afirma Haddad



A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na terça-feira (28), em Brasília, veio com um tom mais moderado que o comunicado emitido na semana passada, disse, hoje, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em conversa com jornalistas na chegada ao ministério, ele atribuiu a suavização do tom ao tempo maior de preparação do documento, que sai seis dias após a reunião do Copom.

“Da mesma forma que aconteceu na reunião anterior, a ata, com mais tempo de preparação, veio com termos mais condizentes com as perspectivas futuras, de harmonização da política fiscal com a política mone-

tária”, declarou o ministro. Haddad pediu colaboração entre o Banco Central (BC) e a equipe econômica para coordenar as políticas fiscal (que cuida da arrecadação e dos gastos públicos) e monetária (taxa de juros para segurar a inflação). Segundo ele, a união é necessária para que o país cresça com baixa inflação.

“O Banco Central também de nos ajudar. É um organismo que tem dois braços, um ajudando o outro. Eu sempre insisto nessa tese, pois dá a impressão que um é espectador do outro. Não é assim que a política econômica tem de funcionar. São dois lados ativos, concorrendo para o mesmo propósito, o mesmo objetivo, que é garantir cres-

cimento com baixa inflação”, disse o ministro.

No início da manhã de hoje, o BC divulgou a ata da reunião da semana passada do Copom, que manteve em 13,75% ao ano a Taxa Selic (juros básicos da economia).

Segundo o documento, a inflação brasileira está desacelerando e o controle dos preços requer “serenidade e paciência”. O BC ressaltou a continuidade de incertezas em relação à economia, como o aumento de gastos públicos e a alta da dívida pública. A ata, no entanto, ressaltou que as novas regras fiscais que substituirão o teto de gastos poderão trazer alívio nas expectativas de inflação, desde que tenha “parâmetros críveis”.

Welton Máximo/ABR

### Dilma Rousseff começa a comandar Banco do Brics

A ex-presidenta da República Dilma Rousseff começou a comandar na terça-feira (28) o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB na sigla em inglês), também conhecido como Banco do Brics. O perfil oficial da instituição financeira no Twitter divulgou as primeiras imagens de Dilma na função de presidenta do banco, que tem sede em Xangai, na China.

Eleita na última sexta-feira (24), Dilma presidirá o NDB até julho de 2025. Ela substituiu Marcos Troyjo, ex-secretário especial do antigo Ministério da Economia, que ocupava o posto desde julho de 2020. Estava prevista para o final desta semana uma cerimônia oficial de posse de Dilma, que ocorreria durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China. No entanto, o adiamento da viagem de Lula por problemas de saúde fez a solenidade ser cancelada.

No último dia 10, o NDB anunciou a substituição de Troyjo por Dilma. A eleição

no Conselho de Administração do banco ocorreu duas semanas mais tarde. Cada país do Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – preside o banco por mandatos rotativos de cinco anos.

Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, a nova presidente do Banco do Brics terá oportunidade de ampliar a inserção internacional na instituição, mas enfrentará dois grandes desafios: impulsionar projetos ligados ao meio ambiente e driblar o impacto geopolítico das retaliações ocidentais à Rússia, um dos sócios-fundadores.

Criado em dezembro de 2014 para ampliar o financiamento para projetos de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento sustentável no Brics e em outras economias emergentes, o NDB atualmente tem cerca de US\$ 32 bilhões em projetos aprovados. Desse total, cerca de US\$ 4 bilhões estão investidos no Brasil, principalmente em projetos de rodovias e portos.

ABR



### Ministros do STF defendem regulação das redes sociais, e big techs negam omissão



Em audiência pública nesta terça-feira (28) no STF, representantes do Google e do Facebook negaram omissão no combate a conteúdos ilegais e de desinformação e na remoção de publicações que violam as políticas das plataformas.

As manifestações foram feitas após ministros do Supremo e do governo federal voltarem a defender a regulação das redes sociais e de plataformas da internet.

As companhias se posicionaram em evento que discute a responsabilidade de provedores de redes sociais e de ferramentas de internet pelo conteúdo gerado pelos usuários, o que pode resultar na flexibilização do Marco Civil da Internet, principal lei que regula o tema no Brasil.

A audiência foi convocada em razão de duas ações de repercussão geral (que incidem em casos similares), de relatoria dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, que serão julgadas no Supremo sobre o tema. O evento vai até hoje (29). Também serão ouvidos integrantes do governo, estudiosos e entidades civis, além de outras big techs que podem ser afetadas pelas ações.

O ponto central da audiência pública é a constitucionalidade ou a necessidade de regulamentação complementar do artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Esse dispositivo diz que “com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura”, os provedores somente poderão ser responsabilizados civilmente por danos decorrentes de con-

teúdo gerado por terceiros se, “após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente”.

Ao abrir os trabalhos, o ministro Dias Toffoli disse que o tema central das ações em julgamento é a “responsabilidade civil de provedores de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros”.

Ele citou parcerias que as redes sociais firmaram, por exemplo, com o TSE e afirmou que a audiência acontece “num momento marcado pelo maior amadurecimento e reflexão por parte das instituições nacionais e estrangeiras e das próprias entidades privadas”.

José Marques/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Publicidade Legal

## Monte Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 37.702.340/0001-74

### Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia e de suas controladas demanda a leitura das demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) Jornal "Data Mercantil" (<https://datamercantil.com.br/>); (ii) RI da Companhia ([www.monterodovias.com.br/](http://www.monterodovias.com.br/)); (iii) CVM ([www.cvm.gov.br/](http://www.cvm.gov.br/)); e (iv) B3 ([www.b3.com.br/](http://www.b3.com.br/)).

#### Relatório da Administração

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e foi constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor: Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), tornando-se controladora indireta. A partir das aquisições supracitadas, a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma de rodovias situada no Nordeste brasileiro, totalizando aproximadamente 182,5 km de extensão. Sua força está no seu posicionamento estratégico, localizado no principal corredor de exportação/importação e circulação de mercadorias para mercado da região, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local. Em 2022 passaram por nossas concessões 41,5 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia. Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cia aberta "categoria A" perante a CVM. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores ([ri.monterodovias.com.br](http://ri.monterodovias.com.br)). **Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a observância das normas da CVM e os anúncios do Comitê de Divulgação Contábil (CPC) e atendimento às normas internacionais. **Desempenho:** Considerando que a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020 e a aquisição das suas controladas operacionais foi concluída somente em abril de 2021, as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 refletem apenas 8 (oito) meses de impacto dos resultados destas operações no seu resultado consolidado. As análises de resultado econômico-financeiro

apresentadas a seguir compreendem períodos anteriores ao início da consolidação levando em consideração que até o final do mês de abril de 2021, a CBN, a CRA e a CRC estavam sob o controle comum dos seus antigos acionistas. Desta forma, para que traga efeitos de comparabilidade, toma-se como base as informações contábeis combinadas destas concessionárias em conjunto com as demonstrações contábeis individuais da Monte Rodovias e de sua controlada Verona que detém participação direta nestas concessionárias. O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento de 1,32% no período de janeiro a dezembro de 2022, quando comparado ao mesmo período de 2021. Considerando que o comportamento do tráfego está diretamente ligado à relação do PIB com a elasticidade histórica de cada Concessionária, o fraco desempenho econômico brasileiro no ano de 2022 além de casos fortuitos como as chuvas intensas que caíram na região metropolitana do Recife, contribuíram para este crescimento mais modesto apresentado pelas rodovias. Se considerarmos que todas as rodovias do grupo já recuperaram seus tráfegos do período pré-pandemia e continuam resilientes à desaceleração da economia com alta inclusiva dos preços de combustíveis e demais insumos em função da forte inflação, demonstra que o posicionamento regional estratégico das nossas operações conta com uma demanda cativa que traz muita segurança a receita das concessionárias. A receita líquida do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 275.486 mil, 7,2% maior que a receita líquida do mesmo período em 2021. Desconsiderando a receita da construção e o ajuste não recorrente, este aumento foi de 10,1%. Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa e efeitos não recorrentes, o valor total dos custos e despesas operacionais recorrentes foi de R\$ 109.560 mil, um aumento de 26,6% em relação ao mesmo período no ano passado. O ano de 2022 foi marcado com a alta dos preços, fruto de uma elevada taxa de inflação. Para minimizar estes efeitos e considerando que este foi o primeiro exercício completo sob o controle da Monte Rodovias, foram capturadas além das ações executadas em

2021, outras sinergias operacionais entre as empresas e novas ações de controle de gastos tais como: (i) revisão de escopos contratuais buscando eficiência e atendimento aos contratos de concessão; (ii) digitalização das companhias possibilitando redução de mão-de-obra; (iii) internalização de serviços que historicamente eram subcontratados; (iv) renegociação dos reajustes contratuais; (v) otimização de equipes de trabalho. A variação percebida na rubrica de pessoal deve-se ao pagamento realizado em 2022 de bônus incremental. O valor do EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 106.804 mil, redução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA deste período foi de 38,8% ante a 43,5% no mesmo período do ano passado. Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa e efeitos não recorrentes, o valor do EBITDA ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 131.178 mil, redução de 0,4% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA ajustada deste período foi de 54,6% e de 60,3% no mesmo período do ano passado. O total de investimentos realizados na sua operação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 62.466 mil, 55,4% maior que no mesmo período de 2021, dentro das expectativas previstas para o exercício. A Companhia apresenta endividamento composto majoritariamente por financiamentos de suas controladas com bancos e agências de fomento como, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Desenbahia, além de debêntures emitidas em 2021 pela Controladora e pelas suas controladas CRC e CRA, quitando financiamentos com BNB e BNDES respectivamente. Em novembro de 2022, a CRC realizou nova emissão de debêntures incentivadas, pré-pagando a emitida no ano anterior com condições mais favoráveis. Estas emissões de debêntures fizeram parte da estratégia da administração para reperfilamento do seu endividamento de maneira a obter maior duração, melhor perfil de amortização, liberação de recursos de conta reserva para adequação do fluxo de caixa futuro às necessidades da Companhia. A dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 840.241 mil.

#### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	14.827	29	117.252	119.912
Contas a receber	-	-	14.610	13.415
Tributos a recuperar	71	-	7.224	878
Despesas antecipadas	170	91	1.155	1.087
Dividendos a receber	-	22.000	-	-
Adiantamentos	-	-	250	388
	<b>15.068</b>	<b>22.120</b>	<b>140.491</b>	<b>135.680</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Fundos restritos	-	-	19.811	37.912
Depósitos judiciais	-	-	21.674	27.038
Despesas antecipadas	-	-	15	-
IRPJ e contribuição social diferidos	-	-	7.815	272
Outros ativos	-	-	26	154
Investimentos	592.039	622.249	8.388	7.363
Imobilizado	-	-	4.005	3.995
Intangível	-	-	1.359.133	1.376.772
Direito de uso	-	-	7.519	5.445
	<b>592.039</b>	<b>622.249</b>	<b>1.428.386</b>	<b>1.458.951</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>607.107</b>	<b>644.369</b>	<b>1.568.877</b>	<b>1.594.631</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de serviços	-	-	237.637	151.102
Receita de construção	-	-	37.849	28.609
			<b>275.486</b>	<b>179.711</b>
Custo dos serviços prestados	-	-	(152.175)	(61.075)
Custo de construção	-	-	(37.472)	(28.324)
			<b>85.839</b>	<b>90.312</b>
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	113.242
Gerais e administrativas	(2.003)	(836)	(65.203)	(39.820)
Resultado de equivalência patrimonial	(30.209)	92.895	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	3.101	634
	<b>(32.212)</b>	<b>92.059</b>	<b>23.737</b>	<b>164.368</b>
Receitas financeiras	313	3	15.724	4.579
Despesas financeiras	(13.617)	(12.294)	(91.808)	(55.964)
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(45.516)</b>	<b>79.768</b>	<b>(52.347)</b>	<b>112.983</b>
IRPJ e contribuição social correntes	-	-	(714)	(1.583)
IRPJ e contribuição social diferidos	-	-	7.542	(31.632)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(45.516)</b>	<b>79.768</b>	<b>(45.519)</b>	<b>79.768</b>
<b>(Prejuízo) lucro por ação – em reais</b>	<b>(96,38)</b>	<b>247,57</b>	<b>(96,38)</b>	<b>247,57</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Reserva de recompra de ações e de lucros		Reservas legais a realizar	Lucros acumulados	Total
	social	de lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(133)</b>	<b>(132)</b>
Aumento de capital em 26/04/2021	100.627	-	-	-	100.627
Aumento de capital em 28/04/2021	370.436	-	-	-	370.436
Aumento de capital em 28/04/2021	1.200	-	-	-	1.200
Lucro líquido do período	-	-	-	79.768	79.768
Constituição de reserva legal	-	3.982	-	(3.982)	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	18.980	(18.980)	-
Destinação das reservas estatutárias	-	-	-	56.674	(56.674)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>472.264</b>	<b>3.982</b>	<b>18.980</b>	<b>56.674</b>	<b>551.900</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(45.519)	(45.519)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros	-	(3.982)	(18.980)	(22.557)	45.519
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>472.264</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.117</b>	<b>- 506.381</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	20	4	25.271	14.269
Empréstimos e financiamentos	-	-	38.567	16.917
Debêntures	3.726	-	4.526	3.131
Obrigações sociais e trabalhistas	161	-	7.404	5.760
Obrigações tributárias	14	1	3.614	4.000
Partes relacionadas	1.268	-	-	-
Arrendamentos	-	-	3.240	1.554
Provisão para conserva especial	-	-	4.401	2.833
Outras obrigações	-	-	18.015	23.554
	<b>5.189</b>	<b>5</b>	<b>105.038</b>	<b>72.018</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	-	618.834	657.368
Debêntures	76.090	92.439	294.566	281.338
Arrendamentos	-	-	4.253	5.603
Provisão para contingências	-	-	8.969	4.646
Partes Relacionadas	19.444	25	-	-
Provisão para conserva especial	-	-	19.336	11.258
Outros passivos	-	-	10.500	10.500
	<b>95.534</b>	<b>92.464</b>	<b>957.458</b>	<b>970.713</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	472.264	472.264	472.264	472.264
Reservas de lucros	79.636	79.636	79.636	79.636
Prejuízos acumulados	(45.516)	-	(45.519)	-
	<b>506.384</b>	<b>551.900</b>	<b>506.381</b>	<b>551.900</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>607.107</b>	<b>644.369</b>	<b>1.568.877</b>	<b>1.594.631</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(45.516)	79.768	(45.519)	79.768
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(45.516)</b>	<b>79.768</b>	<b>(45.519)</b>	<b>79.768</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultado antes do IRPJ e contribuição social	(45.516)	79.768	(52.347)	112.983
<b>Ajustes</b>				
Margem de construção	-	-	(377)	(283)
Depreciação e amortização	-	-	83.821	23.626
Juros e variações monetárias, líquidas	7.571	11.835	80.401	47.435
Apropriação do custo de captação	-	-	-	649
Apropriação de receita de juros	-	-	-	(923)
Provisão para contingências	-	-	4.324	2.724
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(120)	37
Provisão para conserva especial	-	-	9.646	3.708
Baixa do imobilizado e intangível	-	-	-	(1.150)
Destinação para reservas	-	-	(1.025)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	30.209	(92.813)	-	-
Juros Capitalizados	-	-	-	(297)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	(113.242)
<b>Resultado ajustado das operações</b>	<b>(7.736)</b>	<b>(1.210)</b>	<b>124.323</b>	<b>75.267</b>
<b>Varição dos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	-	-	(698)	569
Despesas antecipadas	(79)	(90)	(83)	1.189
Tributos a recuperar	(71)	-	(6.347)	(12)
Depósitos judiciais	-	-	5.364	(1.019)
Adiantamentos	20.687	-	138	-
Outros ativos	-	-	128	392
Fornecedores	16	3	11.002	(19.810)
Obrigações tributárias	13	1	(1.100)	(166)
Obrigações sociais e trabalhistas	161	-	1.644	(621)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Nota Explicativa do Evento Subsequente**  
**Pleito de Reequilíbrio Tarifário:** Em janeiro de 2023, o processo de revisão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Concessionária Bahia Norte obteve avanço relevante. Após a consolidação pelo Poder Concedente e a análise jurídica e financeira de eventos que compõem o escopo do trabalho, resta tão somente a validação do cenário

#### Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>				
Receita de serviços	-	-	260.325	165.586
Receita de construção ICPC 01-R1	-	-	37.849	28.609
			<b>298.174</b>	<b>194.195</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais, energia e outros	(20)	-	(1.607)	(32.864)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	-	(37.472)	(28.325)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(587)	(833)	(58.517)	(14.633)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(607)</b>	<b>(833)</b>	<b>200.578</b>	<b>118.373</b>
Depreciação e amortização	-	-	(83.066)	(23.626)
Apropriação de seguros	(187)	-	(2.684)	(1.383)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(794)</b>	<b>(833)</b>	<b>114.828</b>	<b>93.367</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	313	-	15.724	4.604
Resultado de Equivalência Patrimonial	(30.209)	92.895	-	-
Outros	-	-	3.101	113.811
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(30.690)</b>	<b>92.062</b>	<b>133.653</b>	<b>211.782</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>	<b>938</b>	<b>-</b>	<b>51.070</b>	<b>23.700</b>
Remuneração direta	880	-	36.124	14.585
Benefícios	58	-	12.854	7.991
FGTS	-	-	2.092	1.124
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>224</b>	<b>-</b>	<b>23.879</b>	<b>57.057</b>
Federais	224	-	10.584	48.236
Estaduais	-	-	29	1
Municipais	-	-	13.266	8.820
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>13.664</b>	<b>12.294</b>	<b>104.223</b>	<b>55.304</b>
Juros	13.611	12.294	91.664	53.522

## Publicidade Legal

## Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
 a ser realizada em 28 de abril de 2023

**Allied Tecnologia S.A.** (“Allied” ou “Companhia”), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81/22”), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia” ou “AGOE”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14h30, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e § 3º, e artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 1.3. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia com propósito de (i) alterar (a) o Artigo 2º, (b) o parágrafo único do Artigo 10, (c) o parágrafo único do Artigo 18, (d) o caput e Parágrafo Terceiro do Artigo 22, (d) o Parágrafo Quinto do Artigo 23, (e) o caput e alíneas ‘a’, ‘f’, ‘n’, ‘p’, ‘q’, ‘r’, ‘w’ e ‘x’ do Artigo 26, (f) a alínea ‘b’ do Artigo 32, (g) o Parágrafo Segundo do Artigo 39, (h) o Parágrafo Segundo do Artigo 46, (i) a integralidade do Artigo 47, (j) o Artigo 49; e (ii) excluir o Parágrafo Primeiro do Artigo 46. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração (“Proposta”) contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância (“Boletim”) e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da RCVM nº 81/22. **Participação dos acionistas na AGOE:** Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela RCVM 81/22, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá se dar: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via Plataforma Digital V-Casting (“Plataforma Digital”), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

**Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail [ri@alliedbrasil.com.br](mailto:ri@alliedbrasil.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia 26 de abril de 2023 – os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notificação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). **Patrice Philippe Nogueira Baptista Etin** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

## FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239

## Aviso ao Acionistas

**FCBPC Holding S.A.** (“Companhia”), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), comunica aos senhores acionistas que se encontram disponíveis na sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e os documentos a que se refere o referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada e realizada oportunamente. Comunicamos ainda que, em consonância com o artigo 133, parágrafo 3º c/c artigo 289 da Lei das S.A., os documentos acima referidos serão oportunamente publicados no jornal “Data Mercantil”. São Paulo, 27 de março de 2022. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

## Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27/04/2023**  
**A Hidrovias do Brasil S.A.**, com sede na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, São Paulo-SP (“Companhia”), vem, pela presente, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27/04/2023, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams (“Plataforma Digital”), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; 3. Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2022; 4. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a ratificação da eleição de 3 membros efetivos do Conselho de Administração. 2. Deliberar sobre a caracterização da independência do candidato para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia. 3. Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. 4. Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para alteração dos artigos 3º e 32º; e 5. Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração (“Proposta”) contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância (“Boletim”), os demais documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da Companhia ([ri.hbsa.com.br](http://ri.hbsa.com.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). **2. Participação e votação na Assembleia:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **3. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail [ri@hbsa.com.br](mailto:ri@hbsa.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 25/04/2023), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhadas dos documentos indicados no Manual para Participação da Assembleia Geral. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. 4. Documentos de representação dos Acionistas:** Companhia dispensará a necessidade de notificação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. **5. Votação por meio de boletim de voto a distância:** orientações detalhadas acerca da participação e/ou votação a distância, inclusive a documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da Companhia ([ri.hbsa.com.br](http://ri.hbsa.com.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). **6. Informações para participação e votação na Assembleia:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da Companhia ([ri.hbsa.com.br](http://ri.hbsa.com.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). São Paulo, 28/03/2023. **Felipe Andrade Pinto** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

comercial@datamercantil.com.br

## TB Facilities S/A

CNPJ nº 36.275.365/0001-76

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022. *A Diretoria.*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais					Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais			
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	
<b>Ativo</b>					<b>Receita Bruta</b>	388.300	36.823	
<b>Ativo Circulante</b>	6.970.022	7.006.845	<b>Passivo Circulante</b>	8.131	4.172	Receita de Locação	388.300	36.823
Disponível	10.000	10.000	Impostos a Recolher	183	1.344	<b>Deduções da Receita Bruta</b>	(14.173)	(1.344)
Caixa	10.000	10.000	Imposto de Renda	4.968	1.768	Impostos	(14.173)	(1.344)
<b>Créditos</b>	6.960.022	6.996.845	Contribuição Social	2.981	1.061	<b>Receita Líquida</b>	374.127	35.479
Clientes	–	36.823	<b>Passivo Não Circulante</b>	95.324	626.397	Custos	(125.052)	(11.044)
Outros Créditos	6.960.022	6.960.022	Coligadas e Controladas	95.324	2.046	Custos Operacionais	(125.052)	(11.044)
<b>Ativo Não Circulante</b>	1.418.417	1.644.715	Contas a Pagar	–	624.351	<b>Resultado Bruto</b>	249.075	24.435
<b>Ativo Imobilizado</b>	418.417	644.715	<b>Patrimônio Líquido</b>	8.284.983	8.020.990	<b>Despesas</b>	(127.532)	(10.616)
Imobilizado Líquido	418.417	644.715	Capital Social	8.010.000	8.010.000	Despesas Administrativas	(127.143)	(10.616)
<b>Ativo Intangível</b>	1.000.000	1.000.000	Reservas	274.983	10.990	Despesas Financeiras	(390)	–
Intangível	1.000.000	1.000.000	<b>Total do Passivo</b>	8.388.439	8.651.560	<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	236.178	–
<b>Total do ativo</b>	8.388.439	8.651.560				Outras Receitas	236.178	–

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	8.010.000	10.441	550	–	8.020.990
Resultado do Exercício	–	–	–	263.993	263.993
Constituição de Reserva	–	250.793	13.200	(263.993)	–
Saldo em 31/12/2022	8.010.000	261.234	13.749	–	8.284.983

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais**  
 1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.  
 2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.  
 3. O Capital Social é de R\$ 8.010.000,00 representadas por 8.010.000 ações totalmente integralizadas.

**Lidia Leila da Silva** – Diretora – CPF 032.719.178-33 **Ronaldo Montanini** – Contador – CRC nº 1SP 120.908/O-1

## Parecer dos Auditores Independentes

Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Facilities S/A, pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Facilities S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
 São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022  
**Paulo Pereira de Sousa** – Responsável Técnico  
 CRC/MT 007006/O-9  
 CNAI 4645 – AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S.  
 Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023.

# Dólar cai pelo terceiro pregão seguido e fecha a R\$ 5,1648



O dólar emendou o terceiro pregão consecutivo de queda firme no mercado doméstico de câmbio nesta terça-feira, 28, e voltou a fechar abaixo da linha de R\$ 5,20, em dia marcado por nova onda de enfraquecimento global da moeda americana. Operadores relataram fluxo de estrangeiros para ações brasileiras e ressaltaram a perspectiva de manutenção de taxas reais de juros atrativas por mais tempo após o tom duro da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Entre máxima a R\$ 5,1950 e mínima a R\$ 5,1490, ambas pela manhã, o dólar fechou cotado a R\$ 5,1648, em queda de 0,80%. Com perda de 2,36% nos últimos três pregões, a moeda acumula desvalorização de 1,15% em março e de 2,18% ano. Termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para abril movimentou mais de R\$ 14 bilhões. Investidores já começam a se posicionar para a disputa da formação da última taxa Ptax de março, na sexta-feira, 31.

O gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, nota que, a despeito das idas e vindas nas últimas semanas, o dólar segue rodando basicamente em uma banda entre R\$ 5,00 e R\$ 5,30, sem assumir uma tendência mais firme. “Depois da ata do Copom, todas as expectativas estão voltadas para o novo arcabouço fiscal. Há risco de piora forte se houver decepção com o projeto” afirma Galhardo.

À tarde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que hoje haverá reunião conclusiva sobre o novo arcabouço fiscal, que será divulgado ainda nesta semana.

IstoeDinheiro

TB Loguer S/A					
CNPJ 41.519.491/0001-69					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022. A Diretoria					
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais					
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Ativo Circulante	17.629.995	8.608.282	Passivo Circulante	11.897.128	1.340.359
Disponível	16.508	10.862	Fornecedores	57.288	8.000
Caixa e Bancos	16.508	10.862	Impostos a Recolher	1.729	101.148
Créditos	17.613.487	8.597.420	Imposto de Renda	14.417	241.143
Clientes	9.455.296	2.898.875	Contribuição Social	7.350	88.972
Outros Créditos	7.415.220	5.698.545	Empréstimos e Financiamentos	11.816.344	901.097
Impostos a Recuperar	742.971	-	Passivo Não Circulante	47.823.932	70.908.241
Ativo Não Circulante	45.292.643	65.340.657	Empréstimos e Financiamentos	10.437.460	34.861.582
Ativo Imobilizado	44.292.643	64.340.657	Coligadas e Controladas	-	2.333.487
Imobilizado Líquido	44.292.643	64.340.657	Contas a Pagar	37.386.472	33.713.171
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000	Patrimônio Líquido	3.201.578	1.700.339
Intangível	1.000.000	1.000.000	Capital Social	1.010.000	1.010.000
Total do Ativo	62.922.638	73.948.939	Reservas	2.191.578	690.339
			Total do Passivo	62.922.638	73.948.939
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	1.010.000	655.822	34.517	-	1.700.339
Resultado do Exercício	-	-	-	1.501.238	1.501.238
Constituição de Reserva	-	1.426.177	75.062	(1.501.238)	-
Saldo em 31/12/2022	1.010.000	2.081.999	109.579	-	3.201.578
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais					
1) Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.		
2) Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			3) O Capital Social é de R\$ 1.010.000,00 representadas por 1.010.000 ações totalmente integralizadas.		
Lidia Leila da Silva Diretora – CPF 032.719.178-33			Ronaldo Montanini Contador – CRC nº 1SP 120.908/O-1		
Parecer dos Auditores Independentes					
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Loguer S/A.					
1) Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade,					
bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.					
3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Loguer S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022.					
Paulo Pereira de Sousa Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645					
AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023					

TB Urbem S/A					
CNPJ nº 41.757.463/0001-80					
Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. A Diretoria					
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais					
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Ativo Circulante	42.537.663	34.519.013	Passivo Circulante	42.367	1.123.950
Disponível	10.000	10.000	Impostos a Recolher	12.302	16.736
Caixa	10.000	10.000	Imposto de Renda	20.519	812.540
Créditos	42.527.663	34.509.013	Contribuição Social	9.547	294.674
Clientes	11.558.248	4.672.012	Passivo Não Circulante	23.042.202	41.738.869
Outros Créditos	29.837.002	29.837.002	Coligadas e Controladas	-	229
Impostos a Recuperar	1.132.412	-	Contas a Pagar	23.042.202	41.738.640
Ativo Não Circulante	31.200.278	56.621.774	Patrimônio Líquido	50.653.371	48.277.968
Ativo Imobilizado	30.200.278	55.621.774	Capital Social	48.010.000	48.010.000
Imobilizado Líquido	30.200.278	55.621.774	Reservas	2.643.371	267.968
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000	Total do Passivo	73.737.941	91.140.787
Intangível	1.000.000	1.000.000			
Total do Ativo	73.737.941	91.140.787			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	48.010.000	254.569	13.398	-	48.277.968
Resultado do Exercício	-	-	-	2.375.403	2.375.403
Constituição de Reserva	-	2.256.633	118.770	(2.375.403)	-
Saldo em 31/12/2022	48.010.000	2.511.203	132.169	-	50.653.371
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais					
1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.		
2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			3. O Capital Social é de R\$ 48.010.000,00 representadas por 48.010.000 ações totalmente integralizadas.		
Lidia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33			Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP120.908/O-1		
Parecer dos Auditores Independentes					
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Urbem S/A.					
1. Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.					
2. Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas					
pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.					
3. Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Urbem S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
São Paulo, 31 de Dezembro de 2022.					
Paulo Pereira de Sousa Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645					
AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023					

**TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.**  
CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373  
Aviso aos Acionistas  
A TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., com sede na Rua Monsenhor Antonio Pepe, 94, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, comunica aos seus acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 28/03/2023. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor.  
(28, 29 e 30/03/2023)

**Brassinter S/A Indústria e Comércio**  
CNPJ/MF nº 56.994.460/0001-37  
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE  
Ficam convidados os senhores acionistas da Brassinter S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), no dia 18/04/2023 às 10h00, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21.344, SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **A) Assembleia Geral Extraordinária:** 1º) Alteração no Estatuto Social da Companhia; **B) Assembleia Geral Ordinária:** 1º) Relatório da administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2022; 2º) Eleição da Diretoria; 3º) Fixação de honorários da Diretoria; 4º) Demais assuntos de interesse da Companhia. Achar-se à disposição dos acionistas na sede da companhia as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2022. São Paulo, 28 de março de 2023. **Ary Frederico Torres Neto** – Diretor Superintendente. (28, 29 e 30/03/2023)

DÓLAR  
compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$  
5,1727 / R\$ 5,1733 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 5,1630 / R\$ 5,1650 \*  
Turismo - R\$ 5,2600 /  
R\$ 5,3700  
(\* cotação média do  
mercado  
(\*\*) cotação do Banco  
Central  
Variação do câmbio livre  
mercado  
no dia: -0,80%

OURO BM&F  
R\$ 324,90

BOLSAS  
B3 (Ibovespa)  
Variação: 1,52%  
Pontos: 101.185  
Volume financeiro:  
R\$ 20,968 bilhões  
Maiores altas: Hapvida  
ON (18,47%), Qualicorp  
ON (6,35%), Petz ON  
(5,98%)

Maiores baixas: Rede  
D'Or (-4,85%), MRV  
ON (-2,83%), JBS ON  
(-2,02%)  
S&P 500 (Nova York):  
-0,16%  
Dow Jones (Nova York):  
-0,12%  
Nasdaq (Nova York):  
-0,45%  
CAC 40 (Paris): 0,14%  
Dax 30 (Frankfurt):  
0,09%  
Financial 100 (Londres):  
0,17%

Nikkei 225 (Tóquio):  
0,15%  
Hang Seng (Hong Kong):  
1,11%  
Shanghai Composite  
(Xangai): -0,19%  
CSI 300 (Xangai e Shen-  
zhen): -0,32%  
Merval (Buenos Aires):  
3,7%  
IPC (México): 0,68%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO  
IPCA/IBGE  
Setembro 2022: -0,29%  
Outubro 2022: 0,59%  
Novembro 2022: 0,41%  
Dezembro 2022: 0,62%  
Janeiro 2023: 0,53%

## Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22

### Relatório da Administração

**Contexto Operacional:** A Administração buscando dar transparência às informações apresentadas aos leitores das demonstrações financeiras em 2022, sobre as principais ações no contexto das atividades a partir dos acordos firmados e do aditivo contratual da concessão Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo - traz uma prévia análise sobre o cenário em 2022 com as atualizações sobre os avanços para continuidade operacional, além disso procura apresentar as ações estratégicas da Companhia. A Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Uni"; "Companhia"; "Concessionária" ou "Linha 6"), nos termos do seu estatuto social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico SPE - de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô da Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo. O contrato de concessão é de parceria público privada - PPP, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção, com duração prevista de 5 anos e a fase operação, com duração prevista de mais 19 anos onde iniciará a fase de administração, operação e manutenção. O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a operação. A Concessionária firmou

a cessão do contrato de concessão e assumiu a sua responsabilidade, substituindo a empresa anterior a Move SP referente ao contrato de concessão nº 15/2013 com a anuência da STM - Secretária de Transportes do Metropolitan "Poder Concedente"; com base a Constituição Federal em seu artigo nº 175 e a Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995 que autoriza a movimentação acionária do contrato de concessão entre empresas e/ou as transferências do controle societário. A Companhia elevou o capital social subscrito para o valor de R\$ 1.395.000 mil (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais) pela emissão das ações preferenciais de classe B, e recebeu aportes dos sócios que totalizaram R\$ 560.000 mil (quinhentos e sessenta milhões, de Reais) no ano de 2022. A companhia financia o projeto com recursos de aportes dos sócios, financiamento de terceiros (BNP Paribas, Crédito Agrícola, Banco Santander) e financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas linhas financiamento de longo prazo. O financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15/09/2042. A administração gerencia constantemente os recursos, precisou estruturar as contas bancárias via sistema do JP Morgan para todas as suas movimentações com a supervisão da empresa TMF e obteve duas

liberações de recursos junto ao BNDES como estava previsto nos meses de agosto e outubro de 2022. A 1ª liberação de recursos do financiamento no valor de R\$ 2.900.000 (Dois bilhões e novecentos milhões de reais) a 2ª liberação no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), foi utilizada para quitação das dívidas de curto prazo junto a entidades financeiras pelas debentures emitidas de curto prazo e para financiar a continuidade da obra e do contrato EPC e de material rodante. Os estudos e levantamentos feitos para liberação dos recursos revela o rating Fitch é AA local, equivalente a um BB internacional para o projeto. O avanço na evolução das obras do projeto após certificadas pelo poder concedente, gera o direito contratual ao recebimento de aportes referentes a parceria pública privada - PPP de acordo com o contrato de concessão, valores que acumulados totalizam R\$ 1,1 bilhão de reais, divididos entre os anos de 2022 (R\$ 902 milhões), e de 2021 (R\$ 259 milhões) respectivamente. Administração atuou para que a companhia obtivesse os títulos das certificações ISO-37.001:2016 e ISO-9001 (ISO - International Organization for Standardization, em tradução livre quer dizer Organização Internacional de Normalização), recebeu o certificado ABMS-327/22 emitido pela empresa RINA Services S.P.A. Sistemas de Gestão voltados para os programas de Anticorrupção e Compliance e sistema de gestão e controles dos processos e controles internos.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados			Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
		Nota	2022	2021	Capital social	Capital a	Retenção de	Reserva de	
Ativo	Circulante				Subscrito	integralizar	Lucros	Lucros	
								acumulados	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	449.937	208.189	11	3.428.111	1.590.706			
Adiantamentos a fornecedores	5	1.860	1.860	11	(2.745.382)	(1.255.378)			
Outros ativos		10.638	5.237		<b>682.729</b>	<b>335.328</b>			
<b>Não circulante</b>		<b>5.794.164</b>	<b>3.277.487</b>						
Adiantamentos a fornecedores	5	3.410	5.270	12	(31.592)	(23.433)			
Deposito em garantia		185	185	12	(34.271)	(16.539)			
Ativo financeiro de concessão	6	5.785.934	3.260.924	12	(23.330)	(13.592)			
Outros ativos financeiros		-	6.342	12	(89.193)	(53.565)			
Direito de uso		2.385	3.015						
Intangível		2.157	1.643						
Imobilizado		93	108						
<b>Total do ativo</b>		<b>6.256.599</b>	<b>3.492.773</b>						
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>		<b>558.057</b>	<b>1.967.118</b>						
Debentures	8.1	-	1.478.671						
Empréstimos	8.2	123.893	122.964						
Obrigações contratuais	8.3	170.594	134.136						
Fornecedores terceiros		11.082	5.564						
Fornecedores - partes relacionadas	9	3.827	7.520						
Provisões - partes relacionadas	9	243.189	210.744						
Outros valores a pagar		5.472	7.519						
<b>Não circulante</b>		<b>4.781.750</b>	<b>1.294.491</b>						
Financiamento	8.4	3.636.207	-						
Debentures	8.1	959.678	858.798						
Empréstimos	8.2	-	118.566						
Obrigações contratuais	8.3	71.741	265.091						
Irppj e csll diferidos	7	112.361	49.738						
Outros valores a pagar		1.763	2.298						
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>916.792</b>	<b>231.164</b>						
Capital social	10	698.450	138.450						
Reserva legal	10	10.917	4.839						
Reserva lucros		207.425	87.875						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.256.599</b>	<b>3.492.773</b>						

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

**1. Contexto Operacional:** A Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Uni"; "Companhia"; "Concessionária" ou "Linha 6"), nos termos do seu estatuto social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico SPE - de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo. O contrato de concessão foi firmado nos moldes da PPP - Parceria Pública Privada, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e a fase operação e administração e manutenção do metrô. O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação. O projeto financiado por recursos de aportes dos sócios, aportes do Poder Concedente (PPP) referente ao avanço das fases do projeto de construção e pelo financiamento de curto e longo prazo contratado junto a entidades financeiras no Brasil. A Companhia elevou o capital social subscrito para o valor de R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais) pela emissão das ações preferenciais de classe B, dos quais os sócios subscreveram R\$ 560.000 (quinhentos e sessenta milhões, de Reais) no ano de 2022. A companhia financia o projeto por recursos de aportes dos sócios, financiamento de terceiros (BNP Paribas, Crédito Agrícola, Banco Santander, etc.) e financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas linhas de longo prazo. A administração faz o gerenciamento constante dos recursos e necessita efetuar a estruturação das contas bancárias via sistema do JP Morgan com a supervisão da empresa TMF e obteve duas liberações de recursos junto ao BNDES como estava previsto nos meses de agosto e outubro de 2022. O financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas tem pagamento previsto da última parcela em 15/09/2042. A 1ª liberação de recursos do financiamento no valor de R\$ 2.900.000 (Dois bilhões e novecentos milhões de reais) a 2ª liberação no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), foram importantes e utilizadas para quitação das dívidas de curto prazo junto a entidades financeiras pelas debentures emitidas de curto prazo e para financiar a continuidade da obra e do contrato EPC e de material rodante. O avanço na evolução das obras certificadas gerou o recebimento de aportes referentes a parceria pública privada - PPP de acordo com o contrato de concessão, valores que acumulados totalizam R\$ 1,1 bilhão de reais, divididos entre o ano de 2022 (R\$ 902 milhões), e 2021 (R\$ 259 milhões) respectivamente. Administração também atuou para que a companhia obtivesse sucesso os títulos ISO-37.001:2016 e ISO-9001 através da ISO - International Organization for Standardization, em tradução livre quer dizer Organização Internacional de Normalização, recebeu o certificado ABMS-327/22 emitido pela empresa RINA Services S.P.A., referentes aos sistemas de Gestão voltados para os programas de Anticorrupção e Compliance e controles dos processos e controles internos (não auditado) **Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações:** Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 - Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande. **a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros:** A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema. A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / extrato de aditamento assinado em 06/07/2020 e publicado no diário oficial em 08/07/2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do

contrato previsto para o ano de 2044. O valor do contrato, correspondente as receitas tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão que é de R\$ 15 bilhões com base na estimativa de outubro 2020. Haverá outras receitas complementares provenientes do funcionamento e da avaliação da eficiência das estações, e a concessionária poderá explorar receitas de publicidade e da cessão de espaços comerciais e outras receitas acessórias. De acordo com o contrato esses valores se destinam à implantação da infraestrutura, e a geração das receitas previstas no plano de negócio, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem investimentos contingentes. A Companhia precisa obedecer aos prazos e às previsões do contrato aditivo estando obrigada a atuar de forma planejada para operar a concessão em três fases progressivas em etapas e atividades como segue:

- **Fase I - Execução da infraestrutura,** compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação;
- **Fase II - Operação** dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia - São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda;
- **Fase III - Expansão** dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia - Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação. A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda. **Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações:** A concessionária visando a fase I do projeto de construção e obras de implantação com previsão de término para cinco anos contratou a empresa espanhola Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo. **b. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI:** A companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, publicado na Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 171 de 06/10/2020 publicada no DOU de 17/06/2020. **c. Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo:** A Companhia teve sucesso no credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias pelo Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado DEAT publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, - processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06/10/2020. **2. Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como

as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Diretoria da companhia autorizou em 08/03/2023 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 2022. **2.1 Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase do projeto - construção e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23/12/2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas nas notas a seguir. **3.2 Instrumentos financeiros: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas. **Risco cambial:** A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais. Atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano (US\$) e ao Euro (€) O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo. **Risco de taxa de juros e atualização monetária:** O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debentures captados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil. A Companhia tem passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. A simulação é feita quando há necessidade de um novo empréstimo ou arrendamento mercantil financeiro. **Análise de sensibilidade:** O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco (25% e 50%), respectivamente (cenários II e III):

Ativo Financeiro	Indicador	Efeito no resultado	
		2022	2021
Aplicações financeiras	449.937	55.702	69.628
	CDI	69.628	41.777



continuação

	2022	2021
Ativos diferidos	167.760	71.389
Passivos diferidos	(230.383)	(115.487)
<b>Total líquido – IRPJ/CSSL Diferido passivo</b>	<b>(62.623)</b>	<b>(44.098)</b>
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2021	(49.738)	(49.738)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2022	(62.623)	-
Aliquota Efetiva (%)	34%	34%
<b>Total IRPJ/CSSL Diferido acumulado</b>	<b>(112.361)</b>	<b>(49.738)</b>

**8. Empréstimos, obrigações do contrato de cessão e debêntures:** A Companhia adotou a estratégia de obter aportes através de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e emissão de debêntures para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo. **8.1 Debêntures:**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Debêntures	-	1.478.671
<b>Não Circulante</b>		
Debêntures	959.678	858.798
<b>Total</b>	<b>959.678</b>	<b>2.337.469</b>

A companhia alongou as suas dívidas quitando os empréstimos e as debêntures emitidas de curto prazo pelo financiamento de longo prazo com recursos do BNDES com vencimento a partir de 2026.

Abaixo demonstramos as movimentações das debêntures desde a sua contratação até os exercícios findos em 2022 e 2021.

Debentures	2020	Capta-ções	Custo de captação	(+) Juros incorridos	(-) Juros pagos	2021
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	886.712	120.000	(5.487)	67.349	(34.528)	1.033.521
3ª Emissão - Séries 1 2 3	-	450.000	(6.719)	21.383	(19.514)	445.150
<b>Circulante</b>	<b>886.712</b>	<b>570.000</b>	<b>(12.206)</b>	<b>88.732</b>	<b>(54.042)</b>	<b>1.478.671</b>
4ª Emissão - Séries 1	-	600.000	(2.107)	11.024	-	608.917
4ª Emissão - Séries 2	-	250.000	(861)	742	-	249.881
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>850.000</b>	<b>(2.968)</b>	<b>11.766</b>	<b>-</b>	<b>858.798</b>
<b>Total</b>	<b>886.712</b>	<b>1.420.000</b>	<b>(15.174)</b>	<b>100.498</b>	<b>(54.042)</b>	<b>2.337.469</b>

Debentures	2021	Capta-ção	Amor-tização Principal	Custo de captação	Juros incorridos	(-) Juros pagos	2022
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	1.033.521	-	(1.011.636)	2.411	84.791	(109.087)	-
3ª Emissão - Séries 1 2 3	445.150	-	(450.000)	4.237	37.293	(36.680)	-
<b>Circulante</b>	<b>1.478.671</b>	<b>-</b>	<b>(1.461.636)</b>	<b>6.648</b>	<b>122.084</b>	<b>(145.767)</b>	<b>-</b>
4ª Emissão - Série 1	608.917	-	-	(7.822)	75.105	(74.486)	601.714
4ª Emissão - Séries 2	249.881	-	-	790	31.380	(26.308)	255.743
4ª Emissão - Séries 3	100.000	-	-	(290)	2.510	-	102.220
<b>Não Circulante</b>	<b>858.798</b>	<b>100.000</b>	<b>-</b>	<b>(7.322)</b>	<b>108.996</b>	<b>(100.794)</b>	<b>959.678</b>
<b>Total</b>	<b>2.337.469</b>	<b>100.000</b>	<b>(1.461.636)</b>	<b>(674)</b>	<b>231.080</b>	<b>(246.561)</b>	<b>959.678</b>

**8.2 Empréstimos:**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Empréstimos	123.893	122.964
<b>Não Circulante</b>		
Empréstimos	-	118.566
<b>Total</b>	<b>123.893</b>	<b>241.530</b>

A Concessionária Linha Universidade S.A. (CLU) negociou o acordo entre a Secretária Municipal de transportes (Poder Concedente) e a Move São Paulo. Esta negociação, resultou em um contrato entre as partes para transferência da concessão pública e do contrato de parceria público privada para a CLU. O acordo foi firmado em 06/10/2020 e envolveu as seguintes partes: Consórcio Move; e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); as Entidades Financeiras Credenciadas pelo BNDES (ligadas ao empréstimo concedido); e a Secretária Municipal de Transportes (Poder Concedente). O acordo firmado, prevê a compra dos ativos da Move São Paulo e seus respectivos custos, bem como a transição administrativa. Esse acordo envolveu o parcelamento dos valores e com obrigações contratuais e financeiras a serem cumpridas em sua totalidade durante o período dos anos de 2020 a 2025. A companhia efetuou o pagamento da 3ª parcela dessas obrigações em 2022 mantendo-se em dia com suas obrigações assumidas. Na tabela destacada abaixo demonstramos as movimentações dos anos de 2021 e 2022:

Movimentação 2021						
BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 2020	Amortização Principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 2021
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	172.283	(56.643)	9.209	(10.313)	114.536
Santander	CDI + 2,95% a.a.	74.175	(31.312)	4.470	(4.412)	42.921
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	64.124	(27.068)	3.864	(3.814)	37.106
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	49.509	(20.899)	2.984	(2.945)	28.649
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	31.718	(13.407)	1.911	(1.905)	18.318
<b>Total</b>		<b>391.809</b>	<b>(149.329)</b>	<b>22.439</b>	<b>(23.389)</b>	<b>241.530</b>

Movimentação 2022						
BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 2021	Amortização Principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 2022
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	114.536	(56.643)	16.969	(16.109)	58.751
Santander	CDI + 2,95% a.a.	42.921	(20.920)	5.924	(5.909)	22.016
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	37.106	(18.084)	5.121	(5.109)	19.034
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	28.649	(13.963)	3.954	(3.945)	14.696
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	18.318	(8.957)	2.536	(2.501)	9.396
<b>Total</b>		<b>241.530</b>	<b>(118.567)</b>	<b>34.573</b>	<b>(33.573)</b>	<b>123.893</b>

Na tabela destacada abaixo demonstramos os respectivos valores entre o curto e longo prazo de cada Instituição financeira:

BNDES e Entidades Financeiras	Circulante	Total
BNDES	58.751	58.751
Santander	22.016	22.016
BTG Pactual	19.034	19.034
Crédit Agricole	14.696	14.696
Banco ABC	9.396	9.396
<b>Total</b>	<b>123.893</b>	<b>123.893</b>

**8.3 Obrigações Contratuais:** As obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto a Move SP nos valores de R\$ 88.000 e R\$ 118.404 respectivamente, prevêem uma carência de prazo para os pagamentos iniciando em 2022 a seguir até o ano de 2025 com acréscimo de juros de 3% a.a. Os contratos de cessão incluem valores transacionados pelas empresas que fizeram parte do consórcio construtor, que atuaram nas obras do projeto da concessão, e também os valores dispendidos das obrigações assumidas junto aos demais envolvidos. A Concessionária pagará as dívidas assumidas divididas em parcelas anuais reajustadas com juros simples 3% a.a., já foram efetuados os pagamentos das três parcelas dos períodos de 2020 a 2022 referente ao consórcio Move, restando valores a pagar a conforme indicados a seguir.

Obrigações contratuais	Transfe-rência	Amorti-zação	Juros a apropriar	Juros Pagos	2022
<b>Circulante</b>					
Empréstimos - Consórcio Move	134.136	167.938	(134.136)	6.588	(3.932)
<b>Total</b>	<b>134.136</b>	<b>167.938</b>	<b>(134.136)</b>	<b>6.588</b>	<b>(3.932)</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos - Consórcio Move	257.091	(167.938)	(23.486)	3.741	(5.667)
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>265.091</b>	<b>(167.938)</b>	<b>(23.486)</b>	<b>3.741</b>	<b>(5.667)</b>
<b>Total Obrigações contratuais</b>	<b>399.227</b>	<b>-</b>	<b>(157.622)</b>	<b>10.329</b>	<b>(9.599)</b>

**8.4 Financiamento:** O financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de longo prazo por valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15/09/2042.

Financia-mento	Limite de disposi-ção 2021	Disposição	Custo (+) Juros/ de cap-taç-ção	Juros (-) 2022
Subcredito A	1.969.188	-	1.284.856 (151.131)	53.969
Subcredito B	1.373.040	-	172.161 (8.331)	6.341
Subcredito C	3.514.256	-	2.292.983 (110.951)	96.310
Subcredito D	43.516	-	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>6.900.000</b>	<b>-</b>	<b>3.750.000 (270.413)</b>	<b>156.620</b>

**Covenants sobre os empréstimos contratados:** A companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e assunção de dívida que contém cláusulas de vencimento antecipado, conforme abaixo. Nos contratos firmados pela concessionária, as principais cláusulas de covenants obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo:

- Não haverá pagamentos de dividendos conforme alteração do estatuto social, durante a fase I;
- Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados;
- Obter previamente autorização dos debenturistas para casos de redução de capital;
- Obter previamente autorização dos debenturistas para alterações do objetivo social em atividades que venha a prejudicar sua atividade preponderante. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 2022 e de 2021.

**9. Partes relacionadas:** A concessionária faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando nas áreas de construção, água, indústria em geral e serviços além de energias renováveis. O conglomerado é formado por várias empresas e o Grupo Acciona é considerado entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid. Durante a fase I do projeto o contrato EPC foi celebrado, e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción responsável pelas obras, o contrato EPC - referente a construção dos túneis, terminais e estações do metrô; e Serviços Agreement - importante contrato com a "Acciona Concesiones S.A." referente a contratação dos profissionais da área de engenharia e financeira expatriados da Espanha remunerados a partir de acordo firmado entre as duas companhias. Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 2022 na Companhia decorrem das transações descritas acima, os quais são efetuados em condições usuais de mercado.

	Passivo	Resultado
Acciona Construcción S.A. (i)	242.563	2.712
Acciona Concesiones S.A. (ii)	626	1.115
<b>Total</b>	<b>243.189</b>	<b>3.827</b>

i. Acciona Construcción é a construtora sucursal no Brasil. Os valores registrados nas contas de passivo refere-se a fase I da construção do projeto referente a implantação dos terminais e estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados. ii. Acciona Concesiones é uma empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países. Os valores registrados nas contas de passivo referem-se as assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira. **10. Patrimônio líquido:** A Concessionária foi constituída em 22/11/2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras, sendo posteriormente em 19/05/2020 alterada a denominação social para Concessionária Linha Universidade S.A. e o objeto social alterado para atuar como prestador de serviços exclusivamente na linha do metrô de São Paulo, e o capital social subscrito elevado para R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais). • Em Assembleia geral extraordinária realizada em 15/03/2022 a diretoria da Companhia decidiu pelo aumento do capital subscrito em R\$ 875.000 (oitocentos e setenta e cinco milhões de Reais), dessa forma passando de R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) para R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe B e o valor acumulado de aportes dos sócios de R\$ 560.000 (quinhentos e sessenta milhões de Reais) em 2022. Os aportes de capital realizados pelos sócios durante o período de 2020 a 2022 totalizaram R\$ 698.450. Os aportes efetuados no ano de 2022 são apresentados conforme quadro a seguir:

Movimentação 2022 - Aportes	
Janeiro/2022	113.091
Fevereiro/2022	164.067
Março/2022	244.687
Maio/2022	38.155
<b>Total</b>	<b>560.000</b>

O quadro abaixo destaca os sócios e as suas participações na Companhia em 2022, segregados por tipo e classe de ações:

Quadro societário	ON – Ações Ordinárias:			
	Partic. (%)	Ações ordiná-rias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	17.112	15.642
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	6.923	6.327
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>265.000</b>	<b>243.031</b>	<b>21.969</b>

Quadro societário	PN – Ações Preferenciais Classe A:			
	Partic. (%)	Ações ordiná-rias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	-	31.518
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	-	12.750
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>255.000</b>	<b>210.732</b>	<b>44.268</b>

Quadro societário	PN – Ações Preferenciais Classe B:			
	Partic. (%)	Ações ordiná-rias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	376.250	-	376.250
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	346.850	244.687	102.163
STOA Metro Brazil	12,36%	108.150	-	108.150
Linha Universidade Investimentos	5,00%	43.750	-	43.750
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>875.000</b>	<b>244.687</b>	<b>630.313</b>
<b>Capital consolidado</b>	<b>47,33%</b>	<b>1.395.000</b>	<b>698.450</b>	<b>696.550</b>

(b) **Destinação do resultado:** Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (i) Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia não foram destinados

Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segura	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50%	-	Riscos Financeiros	649.129	18/12/2022 a 06/10/2025
- Potencial Seguradoras S.A. - 50%	Nº 061902020881107750014798 Nº 0000000	Riscos Financeiros	144.338	18/12/2022 a 06/10/2025
Tokio Marine S.A. 50%	- ENDOSSO 061902020881107750014798	Riscos Financeiros	793.467	-
- Potencial Seguradoras S.A. - 50%	Nº 0000000	Riscos Financeiros	793.467	-
<b>Total Cobertura</b>			<b>2.700</b>	
Companhia contratada	Garantia Contrato de Concessão	Tipos de seguros	Importância segura	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	2.700	15/12/2022 a 15/12/2023
<b>Total Cobertura</b>			<b>2.700</b>	
Companhia contratada	Garantia Empréstimos	Tipos de seguros	Importância segura	Prazo de vigência
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	150.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	400.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Bradesco	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	100.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	426.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	200.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Instituto de Crédito Oficial, E.P.E.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	600.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco J.P. Morgan, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	283.000	25/07/2022 a 31/07/2027
INTESA SanPaolo, S.P.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	443.246	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Santander (Brasil), S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	500.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	443.246	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	300.000	25/07/2022 a 31/07/2027
<b>Total Cobertura</b>			<b>3.845.492</b>	

O quadro acima demonstra a contratação das garantias junto à instituições financeiras, para fins de cumprimento do que pede o empréstimo de longo prazo do BNDES.

**A Diretoria**  
Rogério Rodrigues Ferreira – Contador CRC 1SP 242.561/O-6

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Linha Universidade S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

continuação

**auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração dos ativos financeiros da concessão:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3 e 6 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 5.785.934 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metrô de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras; – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização; – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham**

**as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023



**KPMG**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Walter Malvar Leite da Silva**  
Contador  
CRC RJ-117037/O

**Companhia AIX de Participações**

CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54

**Relatório da Diretoria**

**Srs. Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimentos julgados necessários.

São Paulo, 23 de março de 2023. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	33.926	30.430	
Contas a receber	435	406	
Partes relacionadas	8.673	7.402	
Impostos a recuperar	436	465	
Seguros a vencer	142	196	
Outros ativos	36	4	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>43.648</b>	<b>38.903</b>	
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes relacionadas	-	406	
Depósitos judiciais	5.538	5.034	
Seguros a vencer	-	132	
Imobilizado	2.528	2.377	
Intangível	18	24	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.084</b>	<b>7.973</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>51.732</b>	<b>46.876</b>	
			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>
			<b>Passivo circulante</b>
			Fornecedores
			9.655
			6.531
			Obrigações trabalhistas
			893
			628
			Impostos e contribuições a recolher
			333
			235
			Dividendos a pagar
			42
			503
			<b>Total do passivo circulante</b>
			<b>10.923</b>
			<b>7.897</b>
			<b>Passivo não circulante</b>
			Bônus a pagar
			2.441
			2.314
			Provisão para contingências
			15.504
			13.547
			Provisão para honorários advocatícios
			3.675
			4.567
			<b>Total passivo não circulante</b>
			<b>21.620</b>
			<b>20.428</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>
			Capital social
			18.967
			15.824
			Reserva legal
			95
			183
			Reserva de lucros
			127
			2.544
			<b>Total do patrimônio líquido</b>
			<b>19.189</b>
			<b>18.551</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			<b>51.732</b>
			<b>46.876</b>

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Receita líquida</b>	<b>65.682</b>	<b>55.872</b>	
Custo dos serviços prestados	(58.864)	(46.166)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.818</b>	<b>9.706</b>	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com pessoal	(5.111)	(4.508)	
Gerais e administrativas	(2.430)	(2.427)	
Tributárias	(183)	(95)	
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.729)	(636)	
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>(2.635)</b>	<b>2.040</b>	
<b>Resultado financeiro</b>			
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>3.196</b>	<b>146</b>	
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>561</b>	<b>2.186</b>	
IRPJ e CSLL	(383)	(460)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>178</b>	<b>1.726</b>	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>15.824</b>	<b>97</b>	<b>1.357</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	1.726
Constituição de reserva legal	86	-	(86)
Constituição de reserva de lucros	-	1.187	(1.187)
Constituição de dividendos	-	-	(453)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>15.824</b>	<b>183</b>	<b>2.544</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	178
Constituição de reserva legal	9	-	(9)
Constituição de reserva de lucros	-	127	(122)
Constituição de dividendos	-	-	(42)
Aumento de capital social	3.143	(97)	(2.544)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>18.967</b>	<b>95</b>	<b>127</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras			
<b>1. Informações Gerais:</b>	A Companhia tem por objetivo social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como outras atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas, nos termos constantes do contrato de constituição e outras avenças.		
<b>2. Base de preparação:</b>	As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.		
<b>3. Capital social:</b>	O capital subscrito e dividido em 298.562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").		

**Ibovespa sobe pelo 3º dia e retoma os 101 mil pontos, em alta de 1,52%**

O Ibovespa emendou o terceiro dia de ganhos mesmo com o tom "hawkish" da ata do Copom, que contribuiu para apreciar o real frente ao dólar, em dia também de recuo para a moeda americana no exterior. Assim, a referência da B3 conseguiu recuperar a linha dos 101 mil pontos, não vista em fechamento desde o último dia 17, quando vinha dos 103,4 mil no encerramento anterior. Mais uma vez, o giro se manteve restrito, a R\$ 21,0 bilhões nesta terça-feira.

Ontem, o Ibovespa oscilou entre 99.488,19 e 101.559,17, saindo de abertura aos 99.672,17 pontos. Na semana, o índice sobe 2,38%, limitando as perdas do mês a 3,57% – no ano, ainda cede 7,79%. Ao fim, a referência da B3 mostrava alta de 1,52%, aos 101.185,09 pontos, nesta terça-feira. Entre as principais ações, poucas ficaram de fora da recuperação vista na sessão, como Bradesco (ON -0,52%, PN -0,15%) e Santander Brasil (Unit -0,19%). Petrobras ON (na máxima do dia no

fechamento) e PN subiram, respectivamente, 1,73% e 1,77%, enquanto Vale ON teve alta de 1,06% na sessão. Na ponta do Ibovespa, destaque para Hapvida – após anunciar acordo para venda de 10 imóveis por R\$ 1,2 bilhão, e um potencial follow on -, cuja ação subiu 18,47% nesta terça-feira, à frente de Qualicorp (+6,35%), Petz (+5,98%) e Braskem (+5,77%). No lado oposto, Rede D'Or (-4,85%), MRV (-2,83%), JBS (-2,02%) e Yduqs (-1,29%).

**Petróleo fecha em alta, de olho em sinais de demanda e problemas na oferta**

O petróleo fechou em alta nesta terça-feira, 28, estendendo ganhos da segunda-feira, 27, com investidores de olho em sinais de demanda global e problemas na oferta. As negociações também foram beneficiadas pelo dólar fraco, que elevou a atratividade da commodity. Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para maio fechou em alta de 0,53% (US\$ 0,39), a US\$ 73,20 o barril, enquanto o Brent para junho, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), registrou alta de 0,49% (US\$ 0,38), a US\$ 78,14 o barril. Para o Commerzbank, os preços do petróleo encontraram suporte nesta semana em notícias indicando aquecimento da demanda global e surgimento de problemas na oferta. O banco destaca a suspensão das exportações de petróleo do Iraque para a Turquia, por meio de oleoduto localizado na região do Curdistão.



Continuação

**Classificação e mensuração:** Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e sua controlada apresentam seus instrumentos financeiros da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 define um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos. **3.5. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros:** a) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável. A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos futuros de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício findo em 31/12/2021. b) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, excetuando o IRPJ e a CSLL diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício findo em 31/12/2021. **3.6. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado no circulante. **3.7. Determinação do valor justo:** Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia e sua controlada fazem a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados. **3.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.9. Custo de empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros

proporcionais ao período incorrido. Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo. **3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. **3.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 01/01/2022:** A Companhia e sua controlada avaliaram os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2022 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1),** decorrentes das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: - IAS 37 - Contrato Oneroso - custos de cumprimentos de contrato; - CPC 27 - Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; - CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura conceitual. **3.12. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro;** **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);** **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);** **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);** **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).** A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	-	5	5
Bancos	-	-	98	239
Aplicações Financeiras	9	794	10.830	3.205
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>794</b>	<b>10.933</b>	<b>3.449</b>

As aplicações correspondem a fundos de investimento em renda fixa, sendo aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 70% do CDI em 31/12/2022 na controladora e 80% no consolidado (103,0% em 31/12/2021 na controladora). **5. Contas a receber:**

**Composição das contas a receber:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de concessionários e permissionários	3.410	3.410	3.003	3.003
<b>Total</b>	<b>3.410</b>	<b>3.410</b>	<b>3.003</b>	<b>3.003</b>

Os valores em aberto, referem-se ao faturamento da receita anual permitida (RAP) de novembro e dezembro de 2022, os quais serão recebidos entre janeiro e fevereiro de 2023, não havendo histórico de perdas no recebimento de tais valores. A Administração avalia as perdas esperadas nas contas a receber no momento do registro da receita e na data do balanço. Nenhuma provisão para perda foi considerada necessária e desta forma não foi registrada nenhuma provisão para impairment das contas a receber. O saldo de contas a receber se refere a totalidade dos recebíveis da sua controlada. **6. Ativo contratual de concessão:** Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão da controlada CGI, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

Descrição	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	315.198	292.125		
Receita de remuneração do ativo de concessão	49.083	41.393		
Receita de operação e manutenção	4.675	2.655		
Realização ativo contratual	(36.387)	(20.975)		
<b>Total</b>	<b>332.569</b>	<b>315.198</b>		
<b>Circulante</b>	<b>37.311</b>	<b>34.336</b>		
<b>Não Circulante</b>	<b>295.258</b>	<b>280.862</b>		

**7. Caixa restrito:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicação financeira - Itau (i)	2.560	2.301	2.560	2.301
Aplicação financeira - BNB (ii)	-	-	5.803	5.164
<b>Total</b>	<b>2.560</b>	<b>2.301</b>	<b>8.363</b>	<b>7.465</b>

(i) Saldo vinculado às debêntures. (ii) Conta vinculada ao saldo de empréstimo e financiamento com BNB, mantido até o final do contrato em agosto de 2038. **8. Investimentos:** Composição:

Descrição	Participação societária em 2022		Participação societária em 2021		Saldo em 2022		Saldo em 2021	
	em 2022	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022	em 2021
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	201.489	173.557	201.489	173.557	173.557	173.557	173.557	173.557
<b>Subtotal entidade</b>	<b>201.489</b>	<b>173.557</b>	<b>201.489</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>
<b>Total Investimentos</b>	<b>201.489</b>	<b>173.557</b>	<b>201.489</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>

Dados dos investimentos e informações financeiras das empresas investidas:

Companhia	Saldo em 2022									
	Companhia					Dados da controlada				
	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	no Capital Social %	Patrimônio Líquido %	Resultado do exercício	Receita líquida	Ativo	Passivo		
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	123.689.337	201.489	100%	100%	51.261	356.358	154.869	34.140		

Companhia	Saldo em 2021									
	Companhia					Dados da controlada				
	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	no Capital Social %	Patrimônio Líquido %	Resultado do exercício	Receita líquida	Ativo	Passivo		
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	123.689.337	173.557	100%	100%	42.190	328.143	154.586	29.438		

**Movimentação dos investimentos**

Descrição	Saldo em 2021		Aporte de Dividendos		Equivalência patrimonial		Saldo em 2022	
	2021	Capital distribuído	2021	2022	2021	2022	2022	2022
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	173.557	4.500	(10.708)	34.140	201.489	173.557	173.557	173.557
<b>Subtotal entidade</b>	<b>173.557</b>	<b>4.500</b>	<b>(10.708)</b>	<b>34.140</b>	<b>201.489</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>

Descrição	Saldo em 2020		Aquisição de investimento		Equivalência patrimonial		Saldo em 2021	
	2020	2020	2021	2021	2021	2021	2021	2021
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	-	144.119	29.438	173.557	-	-	173.557	173.557
<b>Subtotal entidade</b>	<b>-</b>	<b>144.119</b>	<b>29.438</b>	<b>173.557</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>173.557</b>	<b>173.557</b>

**9. Empréstimos, financiamentos e debêntures:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos(a)	-	-	113.774	122.292
Debêntures (b)	83.941	78.958	83.941	78.958
<b>Total</b>	<b>83.941</b>	<b>78.958</b>	<b>197.715</b>	<b>201.250</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.665</b>	<b>4.523</b>	<b>16.029</b>	<b>17.624</b>
<b>Não circulante</b>	<b>79.276</b>	<b>74.435</b>	<b>181.686</b>	<b>183.626</b>

(a) O contrato de financiamentos de sua controlada tem vencimento até 15 de agosto de 2028 e tem como garantias o saldo das aplicações financeiras vinculadas (nota 6) e as próprias ações. A controlada da Companhia não possui cláusulas restritivas do contrato de financiamentos em default na data base. (b) A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 15/04/2021, onde foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), realizada em série única, sendo remuneradas pelo IPCA + 5,6031% a.a., cuja primeira parcela de amortização vencerá no dia 15/04/2024. O contrato de debêntures possui Covenants financeiros para manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida maior do que 1,2 (um virgula dois), manter na conta reserva o valor mínimo do próximo pagamento e o envio das demonstrações financeiras auditadas. A Companhia não identificou cláusulas restritivas do contrato de financiamentos em default na data base. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures composição é apresentada como segue:

Movimentação de empréstimos e financiamentos	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	78.958	201.250	-	-
Saldo proveniente de incorporação de ações (a)	-	-	127.010	127.010
Ingressos de dívidas	-	75.000	-	75.000
Pagamentos principal	-	-	(7.276)	(5.579)
Pagamentos juros	(4.626)	(1.993)	(16.198)	(6.881)
Juros incorridos	9.393	8.395	19.429	14.873
Custos de transação a amortizar	-	(2.679)	-	(3.564)
Amortização do custo	216	235	510	391
<b>Saldo final</b>	<b>83.941</b>	<b>78.958</b>	<b>197.715</b>	<b>201.250</b>

(a) Conforme nota explicativa nº 1, em 08/06/2021 a Companhia passou a deter 100% das ações da CGI.

Acionista	2021	
	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE	147.633.000	100%
	<b>147.633.000</b>	<b>100%</b>

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **Movimentação do capital social:** Em 08 de junho de 2021, a acionista da Companhia aumentou o capital para R\$ 215.203 com um aumento de capital de R\$ 214.033, dividido em 214.033.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, totalmente integralizado através da incorporação das ações de sua investida CGI. Em 24 de junho de 2021 a acionista da Companhia reduziu o capital para R\$ 147.633, com o cancelamento de 67.500 ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 67.500. Em 06 de abril de 2022, a acionista da Companhia aumentou o capital para R\$ 149.433 com um aumento de capital de R\$ 1.800, dividido em 149.433.000 ações ordinárias nominativas, nominativas, no valor de R\$ 149.433, com preço de emissão equivalente a R\$1,00. Em 09 de junho de 2022, a acionista da Companhia aumentou o capital para R\$ 153.933 com um aumento de capital de R\$ 4.500, dividido em 153.933.000 ações ordinárias nominativas, nominativas, no valor de R\$ 153.933, com preço de emissão equivalente a R\$1,00.

Descrição	Data		Ações		Valor	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Constituição	15/06/2020	-	1	-	1	-
Aumento de Capital	19/11/2020	-	69	-	69	-
Aumento de Capital	03/12/2020	-	1.100	-	1.100	-
Aumento de Capital	08/06/2021	-	214.033	-	214.033	-
Redução de capital	24/06/2021	-	(67.570)	-	(67.570)	-
Aumento de capital	06/04/2022	-	1.800	-	1.800	-
Aumento de capital	09/06/2022	-	4.500	-	4.500	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>			<b>153.933</b>		<b>153.933</b>	

**Reserva de Capital:** Durante o exercício corrente foi aprovado aumento de capital na Companhia, esse aumento foi totalmente subscrito e integralizado pelo Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE, por meio do aporte de 100% das ações da CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A. então de titularidade do fundo, gerando uma perda de capital de R\$ 69.914, correspondente a variação entre o montante do aumento de capital e o valor do acervo líquido aportado. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 1.212 (em 2021 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 1.005). **Reserva retenção de lucros:** A Administração está destinando da conta de reserva de retenção de lucros, para a conta de reserva de lucros a realizar. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e consequente geração de caixa pela Companhia. **Reserva de lucros a realizar:** Foi alocado de reservas de lucros para reserva de lucros a realizar o montante de R\$ 36.355 em 2022 e R\$ 19.088 mil em 2021. Essa parcela se refere ao ativo e passivo com prazos de realização financeira que ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira dos saldos de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia. **Destinações dos resultados:** Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas. A Companhia não destinou dividendos em 2021, mantendo esses valores em Reservas de lucros a realizar, e serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira dos saldos de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia.

Descrição	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	24.234	20.893	-	-
Prejuízo compensado	-	-	(800)	-
(-) Reserva legal (5%)	(1.212)	(1.005)	-	-
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(5.756)	-	-	-
(-) Reserva de lucros a realizar	(17.266)	(19.088)	-	-
<b>Transações com partes relacionadas:</b> Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16/06/2021, os membros da diretoria não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o período findo em 31/12/2022 e 2021.				

Descrição	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Receita de remuneração dos ativos de concessão	49.083	41.393		
Receita de operação e manutenção	4.675	2.655		
<b>Total da receita bruta</b>	<b>53.758</b>	<b>44.048</b>		

Tributos e demais deduções sobre a receita	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Pis e Cofins	(1.960)	(1.572)		
Pesquisa e desenvolvimento	(97)	(80)		
Ministério de minas e energia - MME	(69)	(40)		
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(138)	(80)		
Taxa fiscalização serviços energia - TFSEE	(192)	(86)		
Quota CDE	(41)	-		
<b>Total</b>	<b>(2.497)</b>	<b>(1.858)</b>		

Receita operacional líquida	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Receita de remuneração dos ativos de concessão	49.083	41.393		
Receita de operação e manutenção	4.675	2.655		

# Publicidade Legal

continuação

17. IRPJ e CSLL correntes:	
Descrição	Consolidado
	2022 2021
Receita de Transmissão de energia	32.799 34.317
Receitas Financeiras	933 424
Outras receitas	272 -
Lucro presumido base IRPJ (8%)	3.829 3.169
<b>IRPJ corrente (25%)</b>	<b>(933) (768)</b>
Lucro presumido base CSLL (12%)	5.141 4.542
<b>CSLL corrente (9%)</b>	<b>(463) (409)</b>
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(1.396) (1.177)</b>

18. IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

Consolidado	
Descrição	2022 2021
Receita de remuneração de ativos de concessão	49.083 41.393
Receita de operação de manutenção	4.675 2.655
Receita de Transmissão de energia faturada, mas não recebida	3.588 -
(-) Realização ativo contratual de concessão	(36.387) (20.975)
Lucro presumido base IRPJ (8%)	1.676 1.846
<b>IRPJ diferido (25%)</b>	<b>(418) (461)</b>
Lucro presumido base CSLL (12%)	2.515 2.769
<b>CSLL diferido (9%)</b>	<b>(226) (249)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(644) (710)</b>

19. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas: A Companhia e sua controlada não têm riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos:** Instrumentos financeiros: Os principais ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Ativos financeiros	2022		2021		Classificação	Nível
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo		
Aplicações financeiras	9	9	794	794	Valor justo por meio do resultado	2
Caixa restrito	2.560	2.560	2.301	2.301	Valor justo por meio do resultado	2
<b>Passivos financeiros</b>						
Debêntures	83.941	83.941	78.958	78.958	Custo amortizado	-
<b>Consolidado:</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Classificação	Nível
Equivalentes de caixa	103	103	244	244	Valor justo por meio do resultado	2
Aplicações financeiras	10.830	10.830	3.205	3.205	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber	3.410	3.410	3.003	3.003	Custo amortizado	-
Caixa restrito	8.363	8.363	7.465	7.465	Valor justo por meio do resultado	2
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	113.774	113.774	122.293	122.293	Custo amortizado	-
Debêntures	83.941	83.941	78.958	78.958	Custo amortizado	-
Fornecedores	1.701	1.701	1.268	1.268	Custo amortizado	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31/12/2022. **Gestão de capital:** A Companhia e sua controlada realizam a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin. Os principais fatores de risco inerentes à Companhia e às operações da sua Controlada CGI podem ser assim identificados: i) **Riscos de crédito:** A controlada da Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos. ii) **Risco de preço:** As receitas da controlada da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA. iii) **Riscos de liquidez:** A principal fonte de caixa é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por agentes do setor. Seu montante

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)		% do Indexador		Posição em 2022	Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
Aplicações financeiras	Indexador	Indexador				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras	CDI	80,0%	10.933	1.203	601	902	1.503	1.804	1.804
Caixa restrito	CDI	80,0%	8.363	920	460	690	1.150	1.380	1.380
<b>Total</b>				<b>19.296</b>	<b>2.123</b>	<b>1.061</b>	<b>1.592</b>	<b>2.653</b>	<b>3.184</b>

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)		% do Indexador		Posição em 2021	Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
Aplicações financeiras	Indexador	Indexador				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras	CDI	98,5%	3.449	403	202	303	504	605	605
Caixa restrito	CDI	98,5%	7.465	873	437	655	1.091	1.310	1.310
<b>Total</b>				<b>10.914</b>	<b>1.276</b>	<b>639</b>	<b>958</b>	<b>1.595</b>	<b>1.915</b>

**Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia e sua controlada, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$)		Indexador		Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 2022	Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
Empréstimos e financiamentos	Indexador	Indexador					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Debêntures</b>										
Empréstimos e financiamentos	IPCA		2,0%	113.774	8.793	5.557	7.175	10.411	12.029	12.029
Debêntures	IPCA +		5,6%	83.941	9.645	7.174	8.410	10.881	12.116	12.116
<b>Total</b>					<b>197.715</b>	<b>18.438</b>	<b>12.731</b>	<b>15.585</b>	<b>21.292</b>	<b>24.145</b>

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$)		Indexador		Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 2021	Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
Empréstimos e financiamentos	Indexador	Indexador					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Debêntures</b>										
Empréstimos e financiamentos	IPCA		2,0%	78.958	3.909	3.605	4.603	6.597	7.594	7.594
Debêntures	IPCA +		5,6%	122.292	13.246	10.049	11.648	14.845	16.443	16.443
<b>Total</b>					<b>201.250</b>	<b>17.155</b>	<b>13.654</b>	<b>16.251</b>	<b>21.442</b>	<b>24.037</b>

21. Seguros: Os seguros vigentes em 31/12/2022 e 2021 estão assim compostos:

2022		2021	
Valor segurado	Prêmio total	Valor segurado	Prêmio total
Responsabilidade civil	R\$ 15.000.000,00	R\$ 27.159,89	27/05/2022 até 27/05/2023
Risco Operacional	R\$ 30.000.000,00	R\$ 147.511,93	27/05/2022 até 27/05/2023

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa:

2022		2021	
Valor segurado	Prêmio total	Valor segurado	Prêmio total
Responsabilidade civil	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.416,76	27/05/2021 até 27/05/2022
Risco Operacional	R\$ 140.952.443,42	R\$ 197.793,08	22/06/2021 até 27/05/2022

Descrição	Movimentação não caixa			
	2021	Fluxo de Caixa	amortização custo	Juros
Debêntures	78.958	(4.626)	216	9.393

Carolina Maria Rocha Freitas - Diretora Bruno Gonçalves Siqueira - Diretor Ayla Maria Candido Vieira - Contadora Tec. Contabilidade - CRC: CE-012737/0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetiva ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu este assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; iv) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; v) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes no contrato de concessão; vi) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; vii) análise da eventual existência de contrato oneroso; viii) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e x) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segu-

anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia e de sua controlada não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada. iv) **Risco de taxa de juros:** É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de sua controlada a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e sua controlada gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. **Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31/12/2022, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de fevereiro de 2023, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31/12/2022 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano		Risco de Redução		Risco de Aumento	
Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
11,000%	5,5000%	8,2500%	13,7500%	16,500%	

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano		Risco de Redução		Risco de Aumento	
Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
11,6969%	5,8484%	8,7727%	14,6211%	17,5453%	

**Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia e sua controlada, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano		Risco de Redução		Risco de Aumento	
Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
7,7286%	4,8843%	6,3065%	9,1508%	10,5729%	

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano		Risco de Redução		Risco de Aumento	
Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
7,0922%	4,5661%	5,8292%	8,3553%	9,6183%	

23. Eventos Subsequentes: Dividendos recebidos: Em 17 de janeiro de 2023, a controlada da Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos na conta de reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais), e este montante foi recebido em 19 de janeiro de 2023. **Distribuição de Dividendos na controlada:** Em 17 de janeiro de 2023, deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais) à conta de reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2021, tendo sido pago em 19 de janeiro de 2023 para a Apollo 17 Participações S.A. Em 28 de fevereiro de 2023 foi pago o valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) para o Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participação referente ao saldo de dividendos a pagar constituído em 2020.

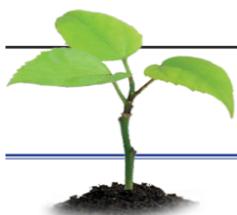
Descrição	Movimentação não caixa			
	2021	Fluxo de Caixa	amortização custo	Juros
Debêntures	78.958	(4.626)	216	9.393
Empréstimos e financiamentos	122.292	(18.848)	294	10.036

Carolina Maria Rocha Freitas - Diretora Bruno Gonçalves Siqueira - Diretor Ayla Maria Candido Vieira - Contadora Tec. Contabilidade - CRC: CE-012737/0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

rança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. Francisco F. A. Noronha Andrade Contador CRC-SP-034519/0 CRC-PE-026317/0



## BNDES quer reverter prioridade para o agro dos anos Bolsonaro



Em 2022, o BNDES desembolsou mais recursos em financiamentos para a agropecuária do que para a indústria pelo quinto ano consecutivo.

Esse movimento começou em 2018, no governo Michel Temer (MDB), e continuou ao longo do mandato de Jair Bolsonaro (PL). É uma situação que destoia do cenário dos anos anteriores, quando as fábricas recebiam uma parcela maior dos recursos.

Do total de desembolsos do BNDES em 2022 (R\$ 97,5 bilhões), 22% foram direcionados para a agropecuária (R\$ 21,5 bilhões) e 19,6% para a indústria (R\$ 19,1 bilhões), segundo dados divulgados pelo banco público.

O setor de infraestrutura, que envolve atividades como energia elétrica e construção,

seguiu com a maior parcela (43,3%). Comércio e serviços tiveram a menor (15,1%).

A participação industrial até cresceu em 2022 em relação ao ano anterior, mas ainda ficou abaixo da parcela destinada ao campo. As fábricas haviam recebido 16,2% dos desembolsos do BNDES em 2021, e a agropecuária, 26%.

“A indústria precisa se modernizar, mas os dados mostram um estreitamento nas linhas de crédito do BNDES”, afirma o economista Rafael Cagnin, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

Ele evita falar em uma dicotomia de indústria e agropecuária, já que financiamentos para o campo geram estímulos indiretos em parte das fábricas, incluindo as de máquinas e equipamentos.

Cagnin, porém, diz que faltam empréstimos de longo prazo para o setor industrial, problema associado parcialmente à redução do tamanho do banco nos últimos anos.

“Teve uma mudança de atuação do BNDES. Antes, era mais voltado para infraestrutura e indústria, mas foi se tornando um mecanismo maior de financiamento para a agropecuária, que já conta com opções como o Plano Safra e o Banco do Brasil”, diz.

Segundo o economista, as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial a partir da crise de 2015 e 2016 frearam a demanda por financiamentos

Em 1995, ano inicial da série histórica, as fábricas receberam 57,2% dos desembolsos do BNDES. À época, a agropecuária havia ficado com 10,3%. Leonardo Vieceli/Folhapress

## Na China, ministro Carlos Fávaro defende projeto brasileiro para transição sustentável

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou da abertura do evento “Diálogo China-Brasil de Desenvolvimento Sustentável: governos locais, think tanks e empresas em ação” na segunda-feira (27) em Pequim. Aos empresários e agentes governamentais chineses e brasileiros, o ministro destacou as potencialidades do desenvolvimento sustentável do agronegócio do Brasil que, a partir do próximo Plano Safra, terá um incentivo ainda maior para a recuperação de pastagens em áreas de plantio, o que possibilita dobrar a área de produção no país.

“O Brasil pode e deve intensificar sua produção de

alimentos. O Brasil pode e deve intensificar suas relações comerciais com a China. E podemos fazer tudo isso de forma sustentável, aumentando a produção, tanto da agricultura, quanto da Pecuária, sem desmatar uma árvore”, ressaltou.

Organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) em parceria com o Center for China Globalization (CCG) e com apoio da Chinese People's Association for Friendship with Foreign Countries (CPAFFC), o encontro busca aproximar governos locais, think tanks e empresas de ambos os países para uma transição para uma economia de baixo carbono.

Notícias Agrícolas



## Lucro da Boa Safra cresceu 37% em 2022 com ganho de participação no mercado de sementes



A Boa Safra, líder na produção de sementes de soja no Brasil, registrou lucro líquido de 175,3 milhões de reais no ano passado, alta de 37,1% ante 2021, em meio a um ganho de market share no mercado com agricultores buscando mais tecnologia nas sementes para garantir produtividade diante de custos elevados em outros insumos, disse um executivo da companhia. As sementes comercializadas em 2022 foram para o plantio da safra 2022/23 de soja, que está sendo colhida e teve despesa elevada principalmente pelos preços globais dos fertilizantes, que subiram nos primeiros meses da guerra na Ucrânia.

“O aumento da área plan-

ta é importante no Brasil, mas grande parte do nosso crescimento foi em aumento de participação de mercado”, afirmou o diretor de Relações com Investidores da Boa Safra, Felipe Marques.

“O produtor cada vez mais está buscando semente de alta qualidade. Como o custo subiu da lavoura, a forma de ser mais produtivo é ter mais produtividade, e a semente é um dos principais insumos... O produtor paga para ter a melhor semente”, acrescentou. Ele ressaltou que a semente da Boa Safra bateu recordes em seus níveis de germinação e vigor, de 95% e 92%, respectivamente, chamando a atenção do mercado.

Com isso, a empresa ampliou seu market share no setor de 6,1% em 2021 para 7,4% no ano passado, de acor-

do com balanço financeiro divulgado na segunda-feira.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado avançou 32,9% em 2022, para 202,4 milhões de reais.

A receita líquida, por sua vez, cresceu quase 70%, para 1,04 bilhão de reais.

Além do crescimento em volume de vendas, Marques disse que a comercialização de um portfólio mais tecnológico de insumos também permite uma precificação mais alta para os produtos.

A companhia comercializou 136 mil big bags de sementes em 2022, com capacidade produtiva para 170 mil. No ano anterior, as vendas foram de 104 mil big bags, e a capacidade era de 130 mil.

Notícias Agrícolas

## Negócios

### Com Ozempic, farmacêutica Nordisk supera Nestlé e se torna segunda maior empresa da Europa



O Wegovy, primeiro medicamento injetável semanal indicado apenas para perda de peso e que virou sensação entre as celebridades de Hollywood e do Vale do Silício, fez com que a farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk se tornasse a segunda maior empresa da Europa, superando a Nestlé.

O Wegovy usa o mesmo princípio do Ozempic, também produzido pela Novo Nordisk, e também é aplicado com a ajuda de uma caneta injetável. Mas, enquanto o Ozempic foi desenvolvido originalmente para tratar diabetes tipo 2, o Wegovy é exclusivamente para perda de peso.

Ozempic: por que o uso do medicamento explodiu e quais são os riscos?

Os medicamentos se tornaram a “galinha dos ovos de ouro” da farmacêutica dinamarquesa, cujas ações alcançaram novo recorde nesta quinta-feira. As vendas de produtos para tratamento de obesidade mais do que dobraram na empresa desde 2022. Juntos, Ozempic e Wegovy respondem por 43% da receita da Nordisk. Nesta quinta-feira, o valor de mercado da Nordisk chegou ao recorde de 2,3 trilhões de coroas dinamarquesas (o equivalente a US\$ 336 bilhões) e ela se tornou a segunda empresa mais valiosa da Europa, superando a Nestlé. O conglomerado suíço de 160 anos caiu assim para a terceira posição.

A farmacêutica dinamarquesa ainda está um pouco atrás do grupo francês

LVMH, a maior empresa da Europa em valor de mercado (US\$ 448 bilhões) e dona de marcas como Louis Vuitton, Bvlgari, Givenchy e TAG Heuer, entre outras.

Mercado de US\$ 30 bilhões A ascensão da Nordisk foi meteórica: em dois anos, saltou da sétima para a segunda posição entre as maiores empresas da Europa. Na quinta-feira, suas ações bateram novo recorde: 1.025 coroas dinamarquesas (US\$ 150).

“Ainda está no começo, mas a necessidade médica é clara e o número de pacientes em potencial é enorme”, disse Ulrica Slane Bjerke, gerente de portfólio do fundo de assistência médica Arctic Aurora LifeScience, que tem participação na empresa dinamarquesa.

### Brasil perdeu 430 lojas de chocolate em 2 anos

Mais de 430 lojas especializadas em chocolates fecharam as portas nos últimos dois anos, segundo levantamento da empresa de inteligência geográfica de mercado Geofusion.

O movimento é atribuído às incertezas na economia e ao encarecimento dos insumos. Em 2021, o país tinha cerca de 5.410 lojas do ramo, de acordo com o levantamento feito com base nas redes do segmento.

As projeções de vendas para a Páscoa deste ano são tímidas. Dados recentes da

CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) mostram que o varejo deve registrar um crescimento de 2,8% em vendas de chocolate, totalizando R\$ 2,5 bilhões.

O valor, no entanto, deve ficar quase 3% abaixo do registrado na Páscoa de 2019 devido à inflação. Em 12 meses até janeiro, os preços do chocolate em barra e do bombom ficaram 13% mais caros ante os 11% do grupo de alimentação e bebidas, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Joana Cunha/Folhapress



### Família dona da Hapvida decide colocar R\$ 1,6 bi na empresa



A família Pinheiro, controladora da operadora de planos de saúde Hapvida, decidiu colocar R\$ 1,6 bilhão na companhia para tentar reforçar a liquidez da empresa e atravessar o momento de turbulência por que passa nos últimos meses.

A empresa anunciou duas ações na segunda (27). Na primeira operação, chamada no mercado de sale & lease back, em que se vendem imóveis e depois os alugam de volta, a família vai comprar dez hospitais por R\$ 1,25 bilhão. Vai ser uma capitalização para a empresa e os imóveis serão realugados. A Hapvida diz ter recebido seis propostas de diferentes fundos, e a família foi quem avaliou melhor os imóveis, além de aceitar o menor valor de aluguel.

O grupo tem 87 hospitais, dos quais 22 já pertencem à

família, que passará a ter 32.

A segunda ação é um follow on, uma oferta de ações, em que serão emitidos 385 milhões de ações, em torno de R\$ 1 bilhão, em que a família Pinheiro também se compromete a entrar com R\$ 360 milhões.

A oferta não está sendo lançada ainda, mas deve ocorrer nas próximas semanas. Os bancos foram contratados para lançar a oferta e os parâmetros já estão dados, em quantidade de ações e o compromisso da família de entrar na oferta.

“Esse é um reforço de caixa para dar um conforto maior para a companhia passar os próximos trimestres em que a gente vê o cenário macroeconômico desafiador no país e no mundo”, afirma Maurício Teixeira, diretor-financeiro da Hapvida.

Joana Cunha/Folhapress